

CONSULTÓRIO VIRTUAL

Conselho de Medicina de São Paulo e Agência Nacional de Vigilância tentam controlar o atendimento hospitalar e a venda de remédios pela Internet

Consultas *on-line* estão perto do fim

Cristiana Felipe
Da equipe do **Correio**

São Paulo — Decidiram pôr ordem na casa. O crescimento da venda de medicamentos sem receita pela Internet e o aumento do número de consultas *on-line* para diagnóstico provocaram tantos protestos que os limites médicos no mundo virtual começam a ser regulamentados. Primeiro foi o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), que baixou uma resolução sobre o tema há duas semanas. Agora é o próprio Ministério da Saúde, que fará uma consulta pública para ajudar a estabelecer as normas.

Essa consulta, publicada ontem no Diário Oficial da União, vai nortear a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — que compromete-se a divulgar as novas regras em 60 dias. Entre as medidas, há as seguintes propostas:

• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;
• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;
• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;

• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;
• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;
• Não de um valor máximo de R\$ 100 para consultas on-line;

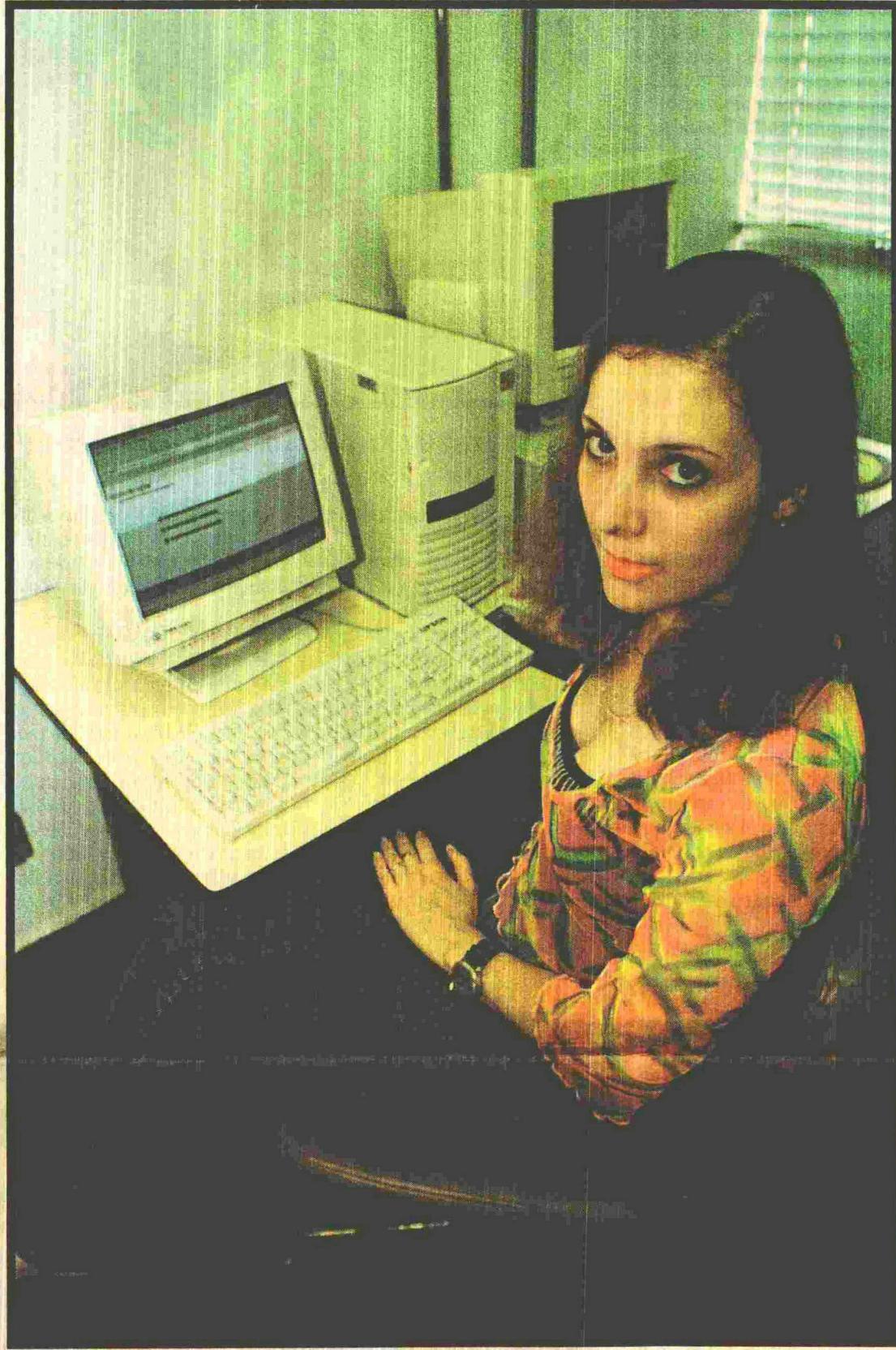
Essa nova área também foi o centro de discussões no Congresso Internacional de Atualização Tecnológica da Medicina, realizado na semana passada em São Paulo. O que esteve em debate foi a melhor maneira de utilizá-la, já que, todos reconhecem, a Internet veio para ficar.

Hoje é possível acessar facilmente muitas informações sobre saúde que antes eram restritas aos médicos. Além disso, muitos laboratórios médicos já entregam os resultados dos exames via Internet. A jornalista Vanessa Hadad, de 25 anos, ficou sabendo da gravidez de seu primeiro filho abrindo sua caixa de e-mails. "Para mim foi muito bom porque estava ansiosa e queria rapidamente o resultado", conta Vanessa. "Hoje só faço exames em laboratórios com este serviço, porque não tenho tempo para ir buscar os resultados", frisa.

CÓDIGO DE ÉTICA

Mas a decisão do Conselho está mais voltada para a prescrição de tratamentos. A resolução vem complementar o Código de Ética Médica (de 1988), cujo artigo 62 proíbe ao médico prescrever tratamento sem exame direto do paciente, exceto em emergências. O Cremesp resolveu ser ainda

Luiz Prado



VANESSA RECEBEU RESULTADO DO TESTE DE GRAVIDEZ PELO E-MAIL: PRATICIDADE PARA QUEM TEM POUCO TEMPO

mais claro e elaborou o Manual de Princípios Éticos para Sites de Medicina e Saúde na Internet. "Nada substitui o contato pessoal entre o médico e o paciente", afirma o médico Gerson Lafalon Martins, representante do Conselho Federal de Medicina.

O uso da Internet para diagnóstico continua desaconselhado, mas até que ponto a rede pode beneficiar ou prejudicar o paciente? Os profissionais de saúde ainda têm dúvidas. "Uma família do interior de Juiz de Fora viajou até São Paulo apenas para saber minha opinião sobre um caso de câncer, não conheci o paciente e acabei dando uma consulta

olhando os exames", conta o Raul Cutait, médico-cirurgião do Hospital Sírio Libanês. "Será que não teria sido melhor se falasse com o paciente pela Internet ou numa teleconferência?", questiona o médico.

Simular procedimentos médicos pela Internet, como efeitos de cirurgia plástica e prescrições de regime de emagrecimento, expor imagens de pacientes sem autorização e usar a rede para aumentar a clientela são outras das práticas condenadas pelo Conselho. É bem provável que também façam parte das proibições federais.

Mas, na prática, não se pode dizer que a consulta sem o contato com o médico seja uma

novidade. Quem nunca ligou para o médico quando ficou doente num final de semana? "Precisamos nos adequar à nova realidade com ética e profissionalismo", acredita a médica Magdala de Araújo Novaes, professora de Telemedicina da Universidade Federal de Pernambuco. Segundo a médica, existem projetos de colocar todo o histórico do paciente na rede de computadores. "Seria ótimo ter o prontuário on-line, o problema é saber se poderemos confiar no sigilo daquela informação", diz Magdala. Esse recurso, se mal utilizado, poderia expor a vida íntima de muitas pessoas, em especial aquelas com Aids ou câncer.